



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420 - 1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

ATA DA 139ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 2005, na sala de reuniões da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá – ACIAP, à Rua Rodrigues Alves, 261, na cidade de Paranaguá - PR., às 9h, sob a presidência do **Sr. Hélio José da Silva** reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos **Conselheiros**: Rogério Distéfano, José Baka Filho, Juarez Moraes e Silva, Ruy Alberto Zibetti, Admilson Lanes Morgado Lima, Mauro Fontoura Marder, Carlos Roberto Frisoli, Carlos Gilberto Guadahim Matoso, Leonardo Luiz Vicente, Wilson Moraes da Silva, Maria do Socorro de Oliveira, Zulfiro Antonio Bósio, Ozeil Moura dos Santos, Airton Galinari, Adriano Gustavo Vidal, Sidney Pinto, José Roberto Almeida Corrêa, Luiz Henrique Roos. **Convidados**: CPPR - CMG. Francisco dos Santos Moreira, FAEP - Nilson Hanke Camargo, OGMO - Dautro do Nascimento, SINDAPAR - Luiz Fernando Mazzitelli e Laís Sávio, DRF Marco Antonio Franco, ALL Adriano Bernardi, APPA - Xênia Karina Arnt, Clauber Angelo Candian, Diretor Porto Antonina Leopoldino de Abreu Neto **Justificativa da Ausência**: Conselheiros Carlos Alberto Calvo, Luiz Antonio Fayet, João Gilberto Cominese Freire, Sérgio Botto de Lacerda, Jorge Tacla Filho, Carlos Alberto Martins da Costa, Ozeil Moura dos Santos. **1- Abertura dos Trabalhos**: O **Presidente** iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Deu início a **Ordem do Dia**: – **2- DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS** – Com relação as atas da 130ª e 138ª, por problemas técnicos não poderão ser apreciadas e aprovadas na presente reunião, justificou o Secretário do CAP. Com a finalidade de conferir maior transparência, o Presidente **Hélio** informou que todos os atos do CAP, são encaminhados aos Conselheiros via correio eletrônico para facilitar o trabalho da Secretaria. O **Conselheiro Bósio** demonstrou sua insatisfação com relação a demora na confecção das atas, porém o **Presidente** respondeu que a secretaria do CAP envidará esforços no sentido de atender as expectativas do Conselho. O **Conselheiro Baka**, disse que precisou de cópias das atas da 137ª Reunião Ordinária, sobre sua discussão com o Procurador Geral do Estado, quanto ao pagamento do ISS à Prefeitura Municipal de Paranaguá, e que não as obteve. Que foi informado pelo secretário Vitor, que as atas já teriam sido destruídas, e que no corpo da ata não constou o registro do diálogo com o Cons. Sérgio Botto. Que a ata já foi aprovada na reunião passada mas que gostaria de fazer um adendo sobre esse acontecimento. O **Secretário** do CAP informou que conforme deliberação do Conselho, ficou estabelecido que as atas ficariam à disposição, dos Conselheiros, até o momento da aprovação da ata para consulta na Secretaria do CAP. Após, as atas não mais necessitariam de guarda. Como a ata foi aprovada e assinada por todos os conselheiros, a gravação foi destruída. O **Presidente** concluiu, dizendo que as atas são elementos auxiliares na elaboração das atas, uma vez a ata aprovada é um documento formal do conselho. Durante o debate surgem diversas ponderações, que de repente elas se superam na medida em que haja decisão. Que uma manifestação isolada, não reflete posicionamento do conselho. Se houver um interesse maior de se recuperar alguma fala, algum texto que houve e que talvez o conselheiro no dia da apreciação da ata não se lembrou de registrar, poderá ser feito um adendo nas atas futuras. Dando continuidade aos trabalhos o Presidente deu **POSSE: Bloco dos Trabalhadores Portuários** – Representantes Titular dos Trabalhadores Portuários Avulsos – Conselheiro Carlos Antonio Tortato; **Bloco dos Usuários e Afins** – Representante Suplente dos Proprietários e Consignatários de Mercadorias – Conselheiro Luiz Henrique Roos. O então empossado, **Cons. Luiz Henrique Roos**, agradeceu pela indicação, novamente de seu nome, no



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420 -1380
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Conselho, colocando-se à disposição no que for possível para que se tenha um Porto cada vez mais forte e pujante. O **Cons. Tortato** externou seus agradecimentos ao Bloco dos Trabalhadores, que o reconduziu ao Conselho, tendo em vista que no período de 1993 a 1996 já participou do Conselho na condição de Representante do Bloco do Poder Público. Dizendo ainda que está no CAP para colaborar, usando do bom senso e entendendo a importância do Conselho para o Porto, e para o desenvolvimento dele, empresta sua modesta colaboração para que se possa fazer desse Porto, um Porto cada vez mais forte no conceito nacional. A **Cons. Maria do Socorro**, em nome do Bloco dos Trabalhadores deu as boas vindas ao Conselheiro Tortato pelo retorno, esperando que ele seja um reforço dentro do Bloco dos Trabalhadores. O **Cons. Bósio** parabenizou os novos conselheiros, dizendo que gostaria de contar com o trabalho dos mesmos, para melhorar cada vez mais as ações deste Porto e também vir ao encontro dos usuários. O trabalhador e o usuário tem uma afinidade muito grande e que os usuários contam com os novos conselheiros. Dizendo ainda que devem se unir para este porto seja realmente um porto que ira encurtar distância, quando diz encurtar distância, quer dizer, encurtar tempo de ações para as importações e exportações. O **Cons. Juarez**, em nome do Poder Público, saudou a continuidade do conselheiro Luiz Henrique Roos, por ser um conselheiro sempre ativo e que sempre contribui de uma forma muito consistente e também, em especial, ao Tortato que é Presidente do Sindicato dos Conferentes e ex-Prefeito de Paranaguá, é uma liderança regional de expressão. Disse que tem a convicção que vem agregar muito a qualidade e o conteúdo deste Conselho. O **Presidente Hélio** também ressaltou esse aspecto, pois quando um Conselheiro é reconduzido e outro renomeado, se fortalece a nossa atividade, o nosso espírito de trabalhar em equipe, e em conjunto com a autoridade portuária promover o desenvolvimento dos Portos de Paranaguá e Antonina. Dá as Boas Vindas, e faz votos de que estejam neste Conselho para colaborar. Dando continuidade, o presidente Hélio destacou a presença do Sr. Arivaldo Barbosa José, carinhosamente chamado de Sargento, que ao longo de muito tempo esteve entre nós na qualidade de conselheiro e que dentro de um rodízio estabelecido pelo Bloco dos Trabalhadores Portuários, deixou de ser conselheiro. No entanto o CAP decidiu render-lhe uma pequena e singela homenagem através de uma comunicação formal, com a proposta do Conselheiro Ozeil Moura dos Santos, que por razões justificadas não está presente hoje. Demonstrando o reconhecimento de tudo o que foi prestado para o desenvolvimento da atividade Portuária, com a presença sempre marcante e freqüente nos trabalhos do CAP, conforme o texto do Ofício n.º 093/05 - CAP/PR, do dia 23 de agosto de 2005. O **Conselheiro Arivaldo** agradece o CAP, onde esteve por oito anos, ficando honrado por ter estado durante todo esse tempo convivido com pessoas que se preocupam com o desenvolvimento de Paranaguá, do Estado, e do Brasil. Dizendo que sua felicidade é dupla, pois durante os últimos anos os trabalhadores estiveram em peso não só do Porto, mas também da Administração da cidade. O **Presidente Hélio** ainda informou que todos os Conselheiros se encontram com o mandato em dia, alguns com a data de vencimento se aproximando, algo extremamente normal. E que a secretaria do CAP estará expedindo correspondência alertando a esse respeito. Com o objetivo de atender solicitação dos convidados, foi antecipada a apresentação da oferta de uma alternativa de transporte Ferroviário de contêiner até Paranaguá, pelo representante da ALL. **APRESENTAÇÃO PROJETO ALL - TRANSPORTE MODAL FERROVIÁRIO - TCP PARANAGUÁ E REGIÃO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ** - Representante ALL - Logística, Sr. **Adriano Bernardi**; Agradece a oportunidade de apresentar um dos projetos companhia, considerado como prioritário. Apresenta um breve histórico da ALL, bem como seus valores, vantagens e toda a estrutura com mais de trinta unidades no Brasil, Argentina,

Chile, Uruguai. Quanto ao projeto de contêineres para Paranaguá, é importante destacar que em todo país é desenvolvido o transporte de container por ferrovia. A idéia inicial é trabalhar via Porto de Paranaguá e em alguns pontos estratégicos no Estado dentro da malha ferroviária, que permitam com que clientes potenciais possam fazer uma ponta rodoviária, e se consiga por meio de três expressos acessar o Porto de Paranaguá, diretamente o terminal do TCP. O **Conselheiro Bósio** manifesta seu interesse referente a vagões frigorificados. O Sr. **Adriano Bernardi** informa que já começaram a desenvolver os projetos de vagões frigorificados, com grandes fabricantes de vagões. Que há um projeto com um cliente de Paranaguá que deve ser ampliado. O Projeto acontece com contêineres, onde se coloca o Contêiner Riffer, em cima de plataformas adaptadas, um gerador que alimenta o conjunto de contêineres refrigerados. Com a entrada do projeto de trem expresso, a idéia é que se elimine o gerador da operação. É mais viável trabalhar com o contêiner refrigerado do que com o vagão. O custo por tonelada desse vagão frigorificado ainda está muito alto. O **Conselheiro Bósio** disse que a Agroindústria está se desenvolvendo rapidamente, e acredita que o contêiner frigorificado seria a grande solução para a rapidez e a segurança do transporte dos produtos para exportação. O Sr. **Adriano Bernardi** disse que hoje está se investindo na indústria ferroviária, que praticamente não existia no país a três anos atrás. Há uma procura grande por essa alternativa, e acredita na busca pelo novo, que traz para o cliente maiores benefícios. A **Conselheira Maria**, pergunta se existe dados da demanda reprimida nessa área ferroviária do granel. Disse que deve ser muito grande na área de contêiner. Pergunta qual a capacidade de expansão que se tem dentro das condições operacionais atuais? Isso porque a última vez que a ALL esteve aqui disse que não faria investimentos de infra-estrutura. O Sr. **Adriano Bernardi**, disse que em termos de granel se tem um marketing muito grande no Porto hoje, em termos industriais, a receita está praticamente equivalente a receita do granel, o que é uma visão diferente do passado, onde a maior parte da receita era de procedência de granel, pois o mercado industrial está crescendo e exigindo da ferrovia. Está optando pela ferrovia como modal de transporte. Quanto aos investimentos estão focados em investimentos na questão da entrada de trilhos, como houve em Antonina. Está se trocando os trilhos no trecho da Central do Paraná, para melhorar a capacidade de carga. E que atualmente se escolhe investimentos em máquinas e não em vagão, cuja frota está aumentando devido a parceria com clientes. O Sr. **Ogarito** pergunta sobre as demandas reprimidas, qual o efeito de entrada? Seja qual for a entrada, container, ou frigorificada. Qual o efeito da demanda reprimida para o granel, para as cargas tradicionais, como está a disponibilidade de tração, e de espaço? O Sr. **Adriano** disse que acabaram de concluir um plano estratégico no final do ano passado, em que adotaram algumas diretrizes de investimento, dentre elas a melhoria da Central do Paraná, para que é exatamente para se Ter mais volume de trem circulando nessa central. Melhorar a velocidade do trem e poder escoar mais produto para o Porto. Atualmente há dezesseis pares de trem na serra, mas existe a possibilidade de se ter de chegar a dezoito pares. Se quiserem aumentar isso, teria que se aumentar pátios na serra, mas que chegará a um limite, uma outra alternativa, que seria a longo prazo, seria duplicação da serra. Antes de se passar para essa fase de duplicação da serra, há condições de ampliar pátios e aumentarem os pares de trem. Pretende-se ter um trem diário de contêiner, dependendo do volume que se conseguirá trazer para a ferrovia, mas a idéia é que possamos colocar no mercado um produto que seria um trem diário, de Paranaguá, aos terminais de interior. O Sr. **Nilson Hanke** disse que a região oeste do Paraná é uma das maiores produtoras de frango que são destinados a exportação. Que acompanha as intenções de investimentos do Governo Federal e esse trecho Guarapuava-Ipiranga, que é uma ansiedade da Rede Ferroviária em Liquidação, seria a forma de



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420 -1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

contornar esse gargalo, que dentro do PPP, esse é um dos trechos pré-aprovados. É uma das prioridades do Ministério dos Transportes em termos de investimentos, do Governo Federal, e se observar os dez principais investimentos prioritários do Governo Federal na área de Ferrovias esse trecho é um deles. Pergunta como vêm essa questão do contêiner frigorificado para transpor esse trecho? Como estão participando desse processo de investimento do trecho? O **Sr. Adriano** disse que Cascavel é um grande centro de consolidação, de carga frigorificada, que é um dos objetivos em Paranaguá. Eles tem hoje um transit-time elevado entre Guarapuava e Ponta Grossa por ser um trecho muito irregular, acidentado, de baixa velocidade. Está em tramite, sendo uma das prioridades do PPP, a construção da variante Guarapuava - Ipiranga, que vai aumentar muito a velocidade e reduzir bastante o transit time e melhorar a velocidade de escoamento. O fato é que investidores existem e há algumas barreiras que ainda estão sendo discutidas e aprovadas pelo Governo Federal, para que sejam aprovadas essas formas de investimento. Há interesse para que todo esse processo aconteça, estando em contato direto com o Governo Federal. Desconhece a forma como esses investimentos estão sendo conduzidos, pois são pertinentes a área financeira, a qual não domina. A entrada da variante vai tornar muito mais competitivo esse projeto de escoamento do terminal de cascavel. Tanto para carga frigorificada onde o transit time é fundamental, como para as demais cargas de escoamento de grãos, e cargas geral. O **Conselheiro Frisoli**, disse que um dos questionamentos feitos se refere a contêineres, e que alguns questionamentos apresentados não se transformam em realidade. Um motivo de denúncia no Congresso Nacional, na época apresentado pelo Deputado Airton Roveda, que era o ramal do Vale do Rio do peixe, onde se trabalha com o Congelado citado, que foi desativado. Que a ALL esteve aqui falou através do Presidente da sua empresa e não cumpriu. O **Sr. Adriano**, disse que se eliminar o transbordo de carga de um vagão para outro, que é o caso na fronteira com a Argentina. Esse vagão é usado hoje no fluxo nacional Brasil-Buenos Aires, e está se fazendo alguns testes para se carregar isso na região de Ponta Grossa, para Porto Alegre. Mas o principal é não mexer na carga do cliente. Descarregar do jeito que a fábrica carregou. E que há 160 equipamentos como esse operando atualmente, e uma carreta Siber, com a vantagem de ser pneumática, diminuindo o risco e avaria das cargas dentro do transporte. É uma inovação, o primeiro equipamento que faz a multimodalidade é pneumático, abaixa-se a carreta do trilho conecta no caminhão, volta, levanta e vira um vagão novamente. Disse estar funcionando bem, e que é um projeto específico para carga industrial. O **Presidente Hélio** agradece a apresentação e dá sequência a pauta. 4. **POSICIONAMENTOS SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES INTERNAS DO CAP:** 4.1 - Comissão Tarifária, Orçamentária e de Investimentos Portuários - Relatório sobre a questão do Recolhimento ISS da APPA junto à Prefeitura de Paranaguá e das Dívidas Tributárias e Previdenciárias da APPA (Ofícios 296 e 298/05-APPA) O **Presidente** informou que na última reunião a Comissão solicitou que se distribuisse entre os conselheiros os documentos que tivessem sido objeto de análise no âmbito das Comissões, e que o assunto ficou aberto para ouvir manifestações dos conselheiros sobre esse quesito. O **Conselheiro José Roberto**, disse que acabaram de receber a questão do ISS, e escolheram não se posicionar, porque é um assunto que já está na justiça, e não cabe opinar. Sobre o outro Ofício, referente as dívidas previdenciárias do Porto, a APPA explanou, e seria importante que os Conselheiros lessem o documento, e tirassem seus esclarecimentos. A Procuradora Jurídica da APPA, **Stella Maris**, declara que quanto ao ISS, informou que houve uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa, do Estado do Paraná. Na ocasião o Prefeito Baka, disse que haviam duas decisões positivas a favor da Prefeitura, e que a dívida do Porto é de mais de



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420 - 1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

1 milhão de reais. Porém a decisão do juiz, direciona para a imunidade com relação ao total. Que no principio, a APPA não deveria pagar verba nenhuma de ISS, apesar de concordarem que haveria a incidência. Na sequência fez a leitura parcial dos autos nº 000.828/2005, da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranaguá, assinado pelo Juiz de Direito designado César Ghizoni: "1. De conformidade com o relato, o ilustre magistrado agindo com o costumeiro acerto e prudência se reservou a analisar o pedido de depósito e suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Após a manifestação da municipalidade, a fim de obter melhores esclarecimentos acerca da controvérsia. No entanto passados mais de um mês da referida decisão, e ainda não apresentado contestação pela municipalidade verifique-se que esta procedeu a inscrição em dívida ativa o débito questionado na presente. O que impossibilita a autora de obter certidões negativas e causa-lhe o justo receio de sofrer execuções fiscais. A par disso, enquanto não decidida a questão atinente ao depósito judicial, fica o município de Paranaguá privado do recebimento inclusive da parte incontroversa de seu crédito o que ressalta a urgência e necessidade da análise imediata do pedido de antecipação de tutela formulada ; 2.1. A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina tem natureza jurídica, entidade autárquica, subordinada a Secretaria de Estado dos Transportes do Estado do Paraná, criada pela Lei 6.249/71 com a finalidade de explorar, organizar, e promover melhorias nos Portos de Paranaguá e Antonina. Pessoa jurídica de direito Público que é, a Autarquia ora embargante desempenha atividade de relevante interesse público e social; O fato de seus serviços serem remunerados por meio de taxas não implica na atipicidade de sua natureza autárquica, visto que suas receitas reverterem-se para a manutenção e melhoria de serviços prestados pelos Portos, tendo como finalidade primordial não o lucro, mas a satisfação de interesse público, assim as receitas obtidas não podem ser equiparadas com o mesmo conceito de lucro das empresas privadas, de molde a se impossibilitar o enquadramento de sua atividade como tipicamente econômica, excluindo-se a aplicabilidade do artigo 150, § 3, da Lei Maior. Submetida aqui está as regras de Direito Público, há de se aplicar, no caso, o principio da imunidade tributária recíproca (artigo 150, VI, "a" da CF), segundo o qual veda-se a União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços uns dos outros. E tal limitação ao poder tributário é extensível as Autarquias e as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, a renda, e aos serviços vinculados as suas finalidades essenciais ou as dela decorrentes (CF, art. 150, § 2)". Foi muito citado publicamente aquele acordo anterior que existia, e a manifestação do juiz foi nesse sentido: "2.2. Resta saber se os serviços referentes as tarifas INFRAMAR, INFRAPORT, INFRACAIS, se referem as finalidades essenciais e relacionadas a APPA, ou se equiparam as atividades econômicas regida pelas regras do setor privado. E nesse aspecto - ao menos em sede de exame preliminar - vislumbro assistir razão à autora, porquanto os serviços de disponibilização da infra-estrutura marítima (INFRAMAR), da Infra-estrutura portuária (INFRAPORT) e do cais onde são embarcadas e desembarcadas as mercadorias (INFRACAIS) se constituem na própria finalidade precípua da autarquia que é a de explorar, organizar e promover melhorias nos portos de Paranaguá e Antonina. Mesmo que assim não fosse, ditos serviços encontram-se ao menos relacionados e são decorrentes de suas finalidades essenciais, abarcados, assim, pela chamada imunidade relacionada; 2.3. Para que a entidade faça jus ao favor legal e alcance a imunidade constitucional, não há que fazer prova da essencialidade dos serviços, pois há presunção de que estes estão vinculados à sua finalidade, que lhe garantem a imunidade; 2.5. O entendimento aqui esposado não conflita com a transação anteriormente havida entre as partes em 1996, antes lhe dá eficácia, vez que naquela ocasião se estabeleceu que o



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420 - 1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

imposto sobre os serviços incidiria apenas sobre a receita operacional da Autarquia. Nada obstante, mesmo que restasse acordado a não incidência da norma imunizante (com a incidência do imposto sobre todos os serviços da APPA), entendo que referida transação não teria o condão de gerar efeitos futuros permanentes e tornar imutável referido entendimento. É que, cuidando-se a APPA de pessoa jurídica de direito público lie sendo imunidade tributária direito subjetivo garantindo constitucionalidade, não é dado ao administrador renunciar a mesma - princípio da indisponibilidade do interesse público. Pode apenas deixar de exercer tal direito por determinado período, mas nunca poderá ao mesmo renunciar, porquanto não há disponibilidade sobre ele, por inapropriável que é". Informa, a Dra. Stella, que o depósito foi efetuado no valor de 270 mil reais, e está a disposição da Prefeitura. Valores referentes de janeiro a agosto, e que continuará depositando o que entende como devido e conforme decisão judicial. O **Conselheiro Mauro Marder** acredita que não cabe discutir no Conselho, questões judiciais, mas que a questão da isenção do ISS, na exportação de serviços, comunidade tributária das companhias docas, e das autarquias. Disse que por esse raciocínio os contratos de concessão, prestação de serviços, também estão imunes. A questão é do que viveram as cidades portuárias? Porque não existe um Porto bom, e uma cidade ruim. Não se constrói uma cidade sem arrecadação tributária. O **Conselheiro Bósio**, como parte da atração de cargas e de assuntos Propositivos, propõe ao Conselho que se forme uma Comissão para estudar o que está ocorrendo no judiciário, para estudar o município em Paranaguá, nos próximos 20 anos. Tem que se discutir o bom senso do social, e do que pode representar uma cidade que foi o esteio do desenvolvimento do Porto de Paranaguá. Tem que se parar de criar problemas que cabem a sociedade portuária, todos os que vivem do Porto. Propõe que se crie uma comissão especial que estude o município nos próximos 20 anos. E que o CAP tem condições de ajudar a cidade nesse problema. O **Presidente Hélio** ressalta a interface Porto Cidade, disse que esteve num Congresso Latino Americano de Portos, no Rio de Janeiro, e um dos assuntos de maior relevância que foram colocados, foi a interface Porto-Cidade. E nessa questão tem que se levar em conta o PDZPO, que tem que estar compatibilizado com o Plano Diretor do município, não só de Paranaguá, como de Antonina. E nesse caso parece que o assunto é de contornos mais amplos, e necessitaria da análise da comissão, e de um encaminhamento de proposta. O **Conselheiro Mauro Marder** disse que desde a primeira vez que o Dr. Eduardo chegou em Paranaguá, ele fala sobre a integração Porto - Cidade, e juntamente com a Dr. Manuela fez contatos em Portugal sobre o mesmo tema. Disse que estranha que tudo isso esteja acontecendo. A Procuradora Jurídica **Stela Maris**, esclarece que o Porto vinha pagando durante dois anos, e que foram incitados pela prefeitura na alteração da base de calculo, o que fez com que a Procuradoria revisse e acabaram sendo autuados, inscritos em dívida ativa, sem que recebesse uma resposta dessas autuações, o que levou a ação judicial. O **Conselheiro Mauro Marder** disse que a legislação do ISS federal tem que ser resolvido, porque existe isenção de ISS de exportação, e se caracterizar exportação de serviços não precisa pagar ISS, se a autarquia não paga ISS, quem vai pagar ISS? O comércio? Não é essa a questão, legalmente a APPA tem que fazer, só que legalmente existe a questão institucional, que é a mais importante para a comunidade. A **Dr. Stela** disse que ação aconteceu pela falta de um diálogo, e a decisão do juiz é no sentido da imunidade total. E que é devida uma parte, e não é a vontade da APPA não pagar o ISS. Outro detalhe é que se houvesse imunidade total, seriam R\$50.000.00 não pagos, valor que não quebraria o município. A APPA continuará pagando, e mostrando que os 6 milhões que vão ser obtidos em crédito vão ser revertidos ao município. O **Conselheiro Frisoli** Questiona que se não querem pagar, porque continuam cobrando do usuário? A **Dr. Stela** disse que o valor foi



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420 - 1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

depositado, e continuam contribuindo de acordo com os critérios que entendem devido. O Conselheiro Frisoli disse que a maneira que entendem de cobrar dos usuários é diferente da de pagar a Prefeitura. O **Conselheiro Baka**, estabelece alguns esclarecimentos; primeiro que em sua locução na Assembléia, disse que o prejuízo da Prefeitura é em torno de 5 milhões a menos na arrecadação do ISS de todo Complexo Portuário. Que a Conta que o Porto deve, gira em torno de 1 milhão e meio de reais, se considerarem as multas referentes além do Imposto devido, como era pago até novembro de 2004, apesar dos apelos constantes, feitos até ao Governador, que determinou que a APPA, continuasse pagando da mesma forma. Em nenhum momento efetuaram qualquer mudança de critério, o que tentavam conversar, é se poderiam mudar os critérios, mas iríamos continuar pagando da mesma maneira. O ISS, é um imposto auto-lançável, e a única ponderação que foi feita e que o Porto passasse a fazer o auto lançamento. Era necessário que fosse alguém da Prefeitura, pegasse as arrecadações do Porto, para que a Prefeitura efetuasse a cobrança, e para evitar isso, solicitou-se que o Porto fizesse o auto lançamento. Quando o Porto pagou o mês de maio, a Prefeitura notificou o Porto para fazer a cobrança, o Porto entrou com o processo administrativo, de reconsideração para retirar as multas que estavam sendo colocadas. O Porto entrou com a ação de repetição de indébitos. Em nenhum momento foi a Prefeitura que citou a ação, pois antes mesmo da manifestação administrativa da prefeitura foi a APPA, e foi depois daquela reunião do CAP, em que o Dr. Sérgio Botto disse que não iria mais pagar o ISS. O próprio juiz analisando que mesmo sem ter resposta administrativa o Porto entrou com a ação judicial, na qual consta - (leitura dos autos nº 000.828/2005 da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranaguá) - *"Deiro o pedido de antecipação de tutela formulado para, autorizando o depósito judicial da quantia incontroversa, suspender a exigibilidade do crédito tributário do ISS relativo aos serviços referentes às tarifas INFRAMAR, INFRAPORT e INFRACAIS, bem como para determinar Que o Município de Paranaguá se abstenha de lavrar qualquer auto de infração em face da autora no que se refere a tais serviços, salvo para prevenir decadência, até ulterior deliberação deste juízo."* Em Julho a Prefeitura foi ao Porto e reviu o imposto que foram pagos em julho de 2000. E lavrou o auto, que está sendo autuado o Porto, referente aos impostos de 2000, que só nesse mês deu 189 mil. Agora está sendo lavrado o auto de infração referente ao mês de agosto de 2000. Estão autuando o Porto nos impostos que estão entrando em decadência. Então quando essa liminar foi deferida, foi deferida naquilo que já se estava fazendo. Disse que sua vontade era que o Porto depositasse parte em controvérsia. Isso posto a discussão do INFRAMAR, INFRACAIS, INFRATERRA. A justiça vai definir porque as tabelas de cobrança do Porto eram por tabelas, que eram mais de 30, que se transformaram nas três existentes hoje. Não houve nenhuma modificação, a prefeitura continua a cobrar impostos nas tarifas operacionais. A APPA conseguiu parcial vitória em conseguir suspensão da Prefeitura hoje, mas não do que está entrando em decadência. A Prefeitura está entrando com a contestação, e vai se discutir. Disse que esteve em Brasília, e que faz parte da Frente Nacional dos Prefeitos, que foram criados dois grupos de trabalho entre outros. Um grupo para questão dos precatórios, porque está atingindo todos os grandes municípios, principalmente as capitais, a questão das tarifas do transporte coletivo, para que haja isenção Tributária do Governo Federal, Estadual e Municipal, e também foi criado um grupo de trabalho para tratar das cidades portuárias, da qual ele é relator. E outro grupo com o Pimentel, Prefeito de Belo Horizonte, com o Fogaça, Prefeito de Porto Alegre, da qual também faz parte, para tratar da questão do ISS. A frente Nacional dos Prefeitos, cujo prefeito é o João Paulo, tem esse trabalho avançado. Acredita que esse é um espaço político no Governo Federal para levarem suas ponderações. Quanto essa discussão. O **Presidente Hélio** se manifesta ao Conselheiro

José Roberto, quanto a proposta levantada pelo Conselheiro Bósio de constituir uma Comissão especial para examinar essa matéria, e as argumentações dos demais que tratam de uma amplitude desse assunto. O Conselheiro **José Roberto** disse que a proposta do Conselheiro Bósio é bastante providencial, só que imagina que esse é um problema mais de força política, porque teria que se mudar a lei de ISS, e o CAP pode auxiliar numa comissão pressionando para que isso seja efetivado. Como cidadão paranguara acredita que esses 50 mil, totalizam 600 mil no ano, e o município precisa muito dessa verba. O **Conselheiro Bósio** sugere que partisse do CAP, os conselheiros formados nessa comissão, que gostaria de ver um Conselho Comunitário, que pudesse ouvir a comunidade dessa sociedade. Trazer para esse Conselho juiz da comunidade, o promotor, as autoridades também denominadas do município, prefeito, vereador, presidente de câmara. Criar um Conselho para estudar Paranaguá para daqui a 20 anos. Fazendo a interface Porto - Cidade, pois não se fala em cidade sem falar em porto, e vice-versa. O usuário faria o seu papel, a sociedade faria o seu. O Conselheiro Baka disse que a Prefeitura assinou com a Universidade Federal um convênio para executar o zoneamento ecológico e econômico, e esse trabalho já está sendo executado, a consequência vai ser um Plano Diretor, voltado para a determinação da áreas de ampliação portuária, ampliação da área urbana, e também definição das áreas de preservação, até para encerrar com os problemas ambientais, o licenciamento das empresas. O que se pretende é municipalizar a gestão ambiental, onde o município passa a ser o licenciador ambiental, eximindo tanto o IBAMA quanto o IAP, das atribuições que hoje tem. Esse trabalho pode ser executado em conjunto, se houver o interesse a realização de três audiências públicas, donde todos os pontos vão ser discutidos. Inclusive a APPA vai ser convidada, o PDZPO vai ser recolocado nessas questões, e até vai ser indicado quais são as áreas previstas no Plano Diretor do Município de ampliação, e antes que isso seja fechado tem que se chegar numa convergência, para que não haja a divergência que se tem hoje no Plano Diretor e no PDZPO. É importante que haja a participação de todos, o convênio terá um custo de 180mil. Pede para que as empresas ajudem o município depositando no Fundo Municipal de Meio Ambiente. Várias empresas já se disponibilizaram, e essa semana, as secretarias de planejamento e de Urbanismo, vão visitar todas as empresas para solicitar que façam esses depósitos, para que possam cumprir os custos desse convênio. O **Conselheiro José Roberto**, sugere que os representantes da Prefeitura e da APPA tomem frente da criação dessa comissão. O **Presidente Hélio** disse que há comissões que amparam essa questão. O **Conselheiro José Roberto** disse que existe um histórico nesse CAP, de quando foram criados os fundos de se implantar uma Comissão especial, acredita que esse assunto é bastante relevante, e se não houver uma força política como Porto - Prefeitura a frente disso para que se debata esse assunto de ISS, porque terá que se modificar uma lei, e se relatar quanto a isso. Como CAP, pode se dar sugestões, participar efetivamente, mas sua visão é que depende mais de uma força política, do que de uma comissão do CAP, onde não há uma representatividade das duas maiores forças da cidade que é a Prefeitura e o Porto. O **Conselheiro Adriano Vidal**, para atender o que faz hoje o município, e o que diz respeito ao plano urbano, tem que estar incluso o PDZPO do CAP. Acredita que a Relatora dessa Comissão deve participar dessa comissão com o Porto e a Prefeitura, com as forças que estão com intenção de fazer algo pelo município, uma vez que se entende que todos querem se direcionar para que o município precise de alguma coisa, e não venha sofrer no futuro, tem que se fazer isso com quem pode. Os dois lados tem que estar juntos. O Presidente Hélio esclarece que quem atuará nas comissões são os Conselheiros que vão atuar nas comissões, e que tem recebido muitas ponderações de dificuldade de reunir as



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420 - 1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

José Roberto, quanto a proposta levantada pelo Conselheiro Bósio de constituir uma Comissão especial para examinar essa matéria, e as argumentações dos demais que tratam de uma amplitude desse assunto. O Conselheiro **José Roberto** disse que a proposta do Conselheiro Bósio é bastante providencial, só que imagina que esse é um problema mais de força política, porque teria que se mudar a lei de ISS, e o CAP pode auxiliar numa comissão pressionando para que isso seja efetivado. Como cidadão paranguara acredita que esses 50 mil, totalizam 600 mil no ano, e o município precisa muito dessa verba. O Conselheiro Bósio sugere que partisse do CAP, os conselheiros formados nessa comissão, que gostaria de ver um Conselho Comunitário, que pudesse ouvir a comunidade dessa sociedade. Trazer para esse Conselho juiz da comunidade, o promotor, as autoridades também denominadas do município, prefeito, vereador, presidente de câmara. Criar um Conselho para estudar Paranaguá para daqui a 20 anos. Fazendo a interface Porto - Cidade, pois não se fala em cidade sem falar em porto, e vice-versa. O usuário faria o seu papel, a sociedade faria o seu. O Conselheiro Baka disse que a Prefeitura assinou com a Universidade Federal um convênio para executar o zoneamento ecológico e econômico, e esse trabalho já está sendo executado, a consequência vai ser um Plano Diretor, voltado para a determinação da áreas de ampliação portuária, ampliação da área urbana, e também definição das áreas de preservação, até para encerrar com os problemas ambientais, o licenciamento das empresas. O que se pretende é municipalizar a gestão ambiental, onde o município passa a ser o licenciador ambiental, eximindo tanto o IBAMA quanto o IAP, das atribuições que hoje tem. Esse trabalho pode ser executado em conjunto, se houver o interesse a realização de três audiências públicas, onde todos os pontos vão ser discutidos. Inclusive a APPA vai ser convidada, o PDZPO vai ser recolocado nessas questões, e até vai ser indicado quais são as áreas previstas no Plano Diretor do Município de ampliação, e antes que isso seja fechado tem que se chegar numa convergência, para que não haja a divergência que se tem hoje no Plano Diretor e no PDZPO. É importante que haja a participação de todos, o convênio terá um custo de 180mil. Pediu para que as empresas ajudem o município depositando no Fundo Municipal de Meio Ambiente. Várias empresas já se disponibilizaram, e essa semana, as secretárias de planejamento e de Urbanismo, vão visitar todas as empresas para solicitar que façam esses depósitos, para que possam cumprir os custos desse convênio. O Conselheiro **José Roberto**, sugere que os representantes da Prefeitura e da APPA tomem frente da criação dessa comissão. O Presidente Hélio disse que há comissões que amparam essa questão. O Conselheiro **José Roberto** disse que existe um histórico nesse CAP, de quando foram criados os fundos de se implantar uma Comissão especial, acredita que esse assunto é bastante relevante, e se não houver uma força política como Porto - Prefeitura a frente disso para que se debata esse assunto de ISS, porque terá que se modificar uma lei, e se relatar quanto a isso. Como CAP, pode se dar sugestões, participar efetivamente, mas sua visão é que depende mais de uma força política, do que de uma comissão do CAP, onde não há uma representatividade das duas maiores forças da cidade que é a Prefeitura e o Porto. O Conselheiro **Adriano Vidal**, para atender o que faz hoje o município, e o que diz respeito ao plano urbano, tem que estar incluso o PDZPO do CAP. Acredita que a Relatora dessa Comissão deve participar dessa comissão com o Porto e a Prefeitura, com as forças que estão com intenção de fazer algo pelo município, uma vez que se entende que todos querem se direcionar para que o município precise de alguma coisa, e não venha sofrer no futuro, tem que se fazer isso com quem pode. Os dois lados tem que estar juntos. O Presidente Hélio esclarece que quem atuará nas comissões são os Conselheiros que vão atuar nas comissões, e que tem recebido muitas ponderações de dificuldade de reunir as

comissões, devido a diferença das agendas. O **Conselheiro Bósio** disse que sua Comissão, tem condições para agregar esse assunto, porque é para Assuntos Propositivos. Disse existir a possibilidade de criar um núcleo para resolver esse problema, e que reunirá a sociedade inteira se for necessário. A **Conselheira Maria** disse ser a melhor solução, pois não cabe a Comissão de PDZPO, discutir tributos, e a interface Porto - Cidade. O **Presidente Hélio** disse existir a necessidade de compatibilizar o PDZPO do Porto com o Plano Diretor da Cidade. A decisão do Conselho foi no sentido de enviar este assunto para a Comissão de Assuntos Propositivos, pede ao Conselheiro Bósio que se defina um Cronograma de Reuniões, para que todos os Conselheiros participem dessa Comissão, para que tenha toda representação. **4.2. Comissão de Operações Portuárias e Pré - Qualificação de Operadores Portuários - Relatório sobre a análise da Ordem de Serviço 036/05 - APPA, que trata do Regulamento de Programações, Atracações e Operações de Navios** - O **Presidente Hélio** disse que o Relator Cons. João Gilberto Cominese Freire justificou sua ausência, e pergunta se algum integrante dessa Comissão tem algo a colocar. A Conselheira Maria disse que não houve reunião porque ficaram aguardando uma resposta dos operadores e da APPA, que não lhes remeteram nada. O **Secretário Vitor**, disse que foi feito contato através do SINDOP / SINDAPAR, provocando uma primeira reunião ou sugerindo alguma data para uma reunião para discussão de alguns pontos que levantaram, para serem discutidos em relação a Ordem de Serviço 036. A sugestão da data da reunião era para o dia 16, e na Sexta-feira receberam uma cópia do Ofício do SINDOP, lamentando a ausência da Administração dessa data sugerida. O **Presidente Hélio** pergunta aos representantes da APPA, porque houve uma manifestação favorável de todo o Conselho no intuito de reunir esses propósitos, e houve uma manifestação por parte dos Sindicatos. O **Conselheiro Ruy** disse que nunca recebeu qualquer solicitação a esse respeito. Por mais que se tenha tentado encontrar uma solução, isto mostrou-se natimorto uma vez que nada nos tenha chegado. O **Conselheiro Frisoli** disse que o SINDOP/ SINDAPAR fez o convite para que se discutisse essa questão, e algumas outras questões. Isso foi endereçado ao Superintendente do Porto, com cópia ao Procurador Jurídico do Estado, ao CAP, e ao Dr. Ruy. Teriam marcado para debater, o que não foi possível sem ter todas as partes envolvidas. O **Presidente Hélio** que no âmbito do CAP, poderiam ampliar essa questão, pergunta se poderiam marcar uma data para Ter essa reflexão. Os Conselheiros decidem fazer a reunião no dia 14 às 9h00, na sede da APPA. **4.3 - Comissão de Acompanhamento do PDZPO, informações sobre o PDZPO de Antonina.** A **Conselheira Maria** disse que não chegou a Comissão nenhum trabalho ainda, mas seria interessante ouvir o Prefeito de Antonina, o Conselheiro Juarez, e o Diretor do Porto de Antonina, Dr. Leopoldino. O **Conselheiro Juarez** disse que sobre toda essa questão da relação do Porto - Cidade e pelo momento que Antonina e a questão portuária de Antonina se desenvolve, tiveram a oportunidade de estabelecer uma referência de como esse assunto deva ser conduzido, sobre a ótica dessa relação. No aspecto dos interesses convergentes que existem, e das exigências legais que estão estabelecidas. Uma das primeiras ações do Prefeito Kléber foi contratar o Plano Diretor de Antonina que não existia, no mesmo momento que o CAP, estava fazendo chamado do desenvolvimento do PDZPO de Antonina que também não existe. Diria que o momento e as circunstâncias levaram a possibilidade de se integrar nessa discussão a comunidade portuária e a comunidade como um todo liderada pela prefeitura. A Prefeitura contratou um Plano Diretor que será lançado no dia 06 de setembro em Antonina, do qual o CAP receberá o convite, não só para participar do evento, mas de uma comissão que conduzirá os trabalhos, que envolve além das questões locais, as questões ambientais e estratégicas que

envolvem a matéria. Participam dessa Comissão além do CAP, o Conselho do Litoral, o IBAMA, IAP, a Promotoria Pública do Paraná, os terminais, especificamente a Ponta do Félix, e a própria APPA, que também participa da Comissão do PDZPO. Nesse lançamento será feito a homologação dessa Comissão, que será uma Comissão de Observação e Acompanhamento do Plano. No Plano Diretor, ficou estabelecido na Contratação da Empresa, um módulo que é específico para atividade portuária, e dentro desse módulo o CAP indicaria os seus representantes. E coordenar em conjunto com quem está conduzindo o Plano como um todo, a cidade e o Porto, principalmente lá, e na maioria dos casos eles acabam se mesclando. Se tem áreas residenciais conflitando com os acessos e com as áreas portuárias. A idéia é que essa Comissão trabalhe em conjunto com o desenvolvimento do Plano Diretor como um todo. O prazo estabelecido é de oito meses a partir de julho. São informações iniciais concedidas pela Prefeitura. O Prefeito de Antonina **Kléber**, disse ser importante a forma como o Prefeito Baka vem tratando o Plano Diretor de Paranaguá, já que é a forma como trataram em Antonina. Pois o que parecia um problema, se tornou facilitador de soluções. O ponto de partida, para que apressassem o Plano Diretor e o PDZPO foi a Reunião do CAP em Antonina. As administrações anteriores usavam como desculpa o custo, e em uma conversa com as pessoas da comunidade, de onde se chegou a conclusão que o custo maior estão pagando por não Ter um Planejamento. A Prefeitura tem o maior interesse que parta da base para o topo. E a base são as pessoas que fazem parte da comunidade, e inserido de maneira fundamental e prioritária a atividade portuária na nossa cidade. Porque viveram quase 100 anos sem a atividade portuária, e não faria sentido fazer um Plano Diretor que não tivesse em sintonia com o PDZPO e em Sintonia com as questões ambientais, muito significativas em Antonina. O Sr. **Leopoldino** acrescenta que em Antonina encontra-se o arquiteto Luiz Fernando Gomes Braga, designado pela Casa Civil. É conhecedor da vida Portuária, e está preparando uma coleta de dados de vários órgãos com todo apoio do governo. Ontem recebeu um ofício do Dr. Alexandre Diretor do Soma, que é a empresa contratada para fazer o Plano Diretor, e já responderam que querem a interação plena, e não somente emissão de documentos. O **Conselheiro Juarez**, disse que um dos fundamentos da lei 8630 é que as comunidades envolvidas na questão portuária tenham a oportunidade da co-gestão, que envolveria o próprio Porto. O Porto de Antonina é o 11º Porto em movimentação de cargas no país, receberam centenas de milhares de reais em investimentos. Antonina não tem um fórum de debate específico, por mais amparo que o CAP. A idéia do CAP de Antonina não é criar um fórum independente, mas criar uma possibilidade da comunidade debater os seus problemas, que são específicos. Pela própria força de lei o CAP de Antonina terá na sua representação vários paranguaras. Haverá a oportunidade de debater os problemas de Antonina, sem que se perca a integração. Seu sentimento é que o CAP de Antonina só fortalecerá o Sistema, em momento algum vai competir com Paranaguá. O **Conselheiro Frisoli** parabeniza a iniciativa da criação de um CAP para Antonina, e a coragem em assumir essa postura. Acreditando que isso será positivo para Antonina e Paranaguá. O Prefeito **Kléber** faz um agradecimento a atual gestão do CAP, colocando que em tudo sempre foram apoiados. **5. POSICIONAMENTO SOBRE BOWL-THRUSTERS e EXTERN-THRUSTERS** - O Assunto foi transferido para a próxima reunião. **6. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA E DE INVESTIMENTOS - APPA - EXERCÍCIO 2006** - O **Presidente** comunicou o Conselho do recebimento do Ofício nº 500/05, da APPA que envia a Proposta Orçamentária e de Investimentos para o exercício de 2006. De imediato comunicou o **Conselheiro Relator** e transferiu esse assunto para o âmbito da Comissão para a devida análise e que possibilite subsidiar o Colegiado quando da deliberação da matéria. O **Conselheiro Ruy Alberto Zibetti** disse que espera que os



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420-1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Conselheiros aprovem a proposta apresentada. **7. PORTARIA 31/05 - CAPITANIA DOS PORTOS DO PARANÁ - CPPR, SUSPENDENDO TEMPORARIAMENTE NAVEGAÇÃO NO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ E ANTONINA** O Comandante Santos Moreira disse que a suspensão da navegação teve um enfoque totalmente e exclusivamente na segurança da navegação, foi a bóia n.º 2 a principal causa, que foi deslocada para o centro do canal, tornando-se um perigo eminente para entrada dos navios, partindo assim a decisão da portaria. O que foi levantado é que a principal causa deve ter sido correntes marítimas fortes. E esse evento todo está sendo utilizado como arma política. Esclarece que o enfoque da portaria foi a preservação da segurança na navegação. Disse que tanto na Administração dos Portos como a Capitania, já existe um raio X de todo balizamento, e se precisa de compra de material para manutenção. O **Conselheiro Frisoli** agradece em nome do SINDOP/ SINDAPAR, o pronto atendimento que se deu, e o bom senso do Comandante Santos Moreira. O **Conselheiro Mauro Marder** coloca que o Terminal perdeu seis navios, disse que acidentes por mau tempo, ou vazamento de óleo sempre vão acontecer, o que se precisa é uma estrutura que dê uma resposta rápida. **8. RELATÓRIOS GERENCIAL, OPERACIONAL, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA APPA** - foi distribuído aos conselheiros e encontra-se a cópia na Secretaria do CAP; **9. RELATÓRIO GERENCIAL DO OGMO** - que foi distribuído, é auto explicativo e não há comentários a respeito. O Sr. Dautro disse que a paralisação ocorrida no dia de ontem, ocorreu devido a um apoio dos trabalhadores a um ato do OGMO que está amparado pela DPC, que é a Norma de Treinamento, e assim toda habilitação do trabalhador está sujeita a uma análise psicológica e a partir daí a demais treinamentos. Que a luta do OGMO é constante em aprimorar esse trabalhador para que ele tenha as melhores condições para atender o embarque de mercadorias no Porto de Paranaguá e Antonina. Busca-se a situação técnica, fazer com que se tenha resultados. O **Conselheiro Mauro Marder** lamentou a paralisação, pois além dos prejuízos que a operação do Porto teve, a imagem comercial do Porto mais uma vez fica manchada. O mais impressionante é que um trabalhador teve um desentendimento com um funcionário do OGMO e o Porto parou. Convoca as lideranças sindicais para que não deixem isso acontecer. Porque o trabalho que os terminais fazem de convencer o Cliente, que este é um Porto para se operar, que tem credibilidade. O **Conselheiro Tortato** disse que o episódio que ocorreu ontem, foi antecedido por dois ofícios encaminhados por ele ontem. Disse fazer parte do Conselho de Supervisão do OGMO. Acredita que a Lei de Modernização dos Portos, trouxe uma série de mudanças na área Portuária, e que uma delas é o OGMO ter assumido atribuições, que eram dos sindicatos. Porém seu pensamento é que deve existir no mínimo tratamento institucional entre as entidades. Então o trabalhador acredita que o Sindicato não tem tanto valor, e vê como solução para suas reivindicações ir direto ao OGMO. Disse que não é a primeira vez, e nem a última que ocorre um incidente como o de ontem, porque os sindicatos não estão sendo respeitados, e essas questões poderiam ser resolvidas no Sindicato, antes de chegar no OGMO. Lamenta que a postura dos dirigentes do OGMO não contribua. Disse que se estas questões não forem revistas, poderá haver mais paralisações, que resultaram em mais prejuízos. O **Conselheiro Mauro Marder** disse ter participado de uma reunião, com o Conselheiro Tortato, com a DRT, e com o Ministério do Trabalho no SINDOP, onde passaram uma tarde discutindo. Disse que o OGMO não é uma instituição política, e sim uma instituição feita pela lei, não para resolver os problemas do Trabalhador avulso, mas para pagar, para receber, e cumprir as normas e a lei. Se o trabalhador não está habilitado pela DPC para estar em uma lista de empilhadeira, ele vai ser retirado da lista, mas sem precisar quebrar o OGMO. Tem a certeza que não vai ser a última vez que isso ocorre, porque as pessoas ainda acham que a lei não é para eles. O



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 181
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420 - 1380
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Conselheiro Tortato disse que apenas quer o tratamento merecido. Disse não estar contra a lei, e que essa situação com o OGMO acontece em todo país. A **Conselheira Maria do Socorro** disse que nenhum Porto é paralisado, por causa de um trabalhador, sem uma razão muito mais profunda. Disse saber disso, e que é preciso analisar qual é o verdadeiro motivo nessa relação do OGMO com os trabalhadores. Disse que o Conselho do OGMO, não está funcionando como deveria. Disse que estão diante de uma sequência que está resultando más resultados. O **Presidente Hélio** disse que a insistência em convidar o OGMO para participar das Reuniões do CAP, teve como base a legislação, nas atribuições e competências de cada um. Disse insistir para que o CAP, auxilie no Conselho de Supervisão do OGMO, para que este passe efetivamente a atuar. O que preocupa, é que a paralisação não foi por problemas de natureza marítima, mas sim partiu dos trabalhadores, e se isso continuar a realidade do Porto estará comprometida. Pede que todos os envolvidos refletissem sobre seus papéis, suas atribuições e compromissos, e com a humildade necessária, e espírito corporativo desejado reforcem a parcela de contribuição em prol do desenvolvimento do Porto. O **Conselheiro Bósio** disse em nome dos usuários, que o que não quer ouvir, é que o Porto foi paralisado, por desentendimentos na área sindical. Que isso não será admitido pelo usuário, e que o relacionamento entre capital e trabalho tem que ser sempre vivo. O **Conselheiro Mauro** disse que a relação capital - trabalho não é feita pelo OGMO, e sim pelos Sindicatos. E que o OGMO é um simples cumpridor de normas.

III - ASSUNTOS GERAIS: O **Conselheiro Ruy**, Se manifesta quanto ao Reflexo da audiência pública na Assembléia Legislativa, Segunda-feira, dia 22, do Presidente da ANTAQ disse que o Porto de Paranaguá, ainda era visitado por ratos, e que tiveram o Senhor Presidente da ANTAQ, fotografias que denotavam terem sido 26 os ratos. O Controle de Zoonoses em sua defesa, emite carta justificativa a autoridade Portuária: " O Senhor Roberto Robaina Junior, do Controle de Zoonoses. Venho por meio deste externar minha indignação sobre a informação prestada na Assembléia Legislativa, no dia 22, onde representante da ANTAQ, afirmou possuir fotografias de roedores nos telhados dos armazéns da APPA. Cumpre-me esclarecer que o Corredor de Exportação, e seus armazéns de responsabilidade da APPA, possui hoje 2360 pontos de escassa para ratos, o que inviabiliza a possibilidade do aparecimento de roedores nessas áreas. São abatidos em média 350 a 400 ratos por mês, considerando que tais ratos pesam entre 600 e 1.200kl, podemos abater por mês 540 kl de ratos. O Controle de roedores é repassado a ANVISA trimestralmente, o que não temos nenhuma reclamação com respeito a esse assunto. Em reunião na Sede da ACIAP, em Paranaguá, o controle de roedores, dentro da área do Porto Organizado foi amplamente debatido. Nessa oportunidade comentamos que algumas empresas não estão fazendo o controle satisfatoriamente, inclusive uma dessas se uniu da responsabilidade de ratos que caíram em navios que estavam carregando. É importante frisar que a responsabilidade do Controle de roedores da APPA, restringe-se a Armazéns de Farelo na faixa Portuária em 12, 12^A, 13, 13^A, Correias transportadoras, Ship-loaders, Moegas de Recebimento da APPA, Silo Vertical e Armazém 10, da Receita Federal. Os demais recintos são de responsabilidade das empresas que neles operam. E o controle é realizado em sua totalidade do berço 15 ao 12, e em alguns pontos próximos ao Portão principal. ANVISA, cantinas que ainda funcionam na área portuária e todas as docas da 1 a 15. Se necessário for temos prova documental de desativação e de todo controle de aves que está sendo realizado no Porto de Paranaguá, desde maio de 2004 até os dias atuais. Paranaguá, 29 de agosto de 2005. O Presidente Hélio disse que vai encaminhar cópia dessa manifestação a ANTAQ. O **Conselheiro José Roberto** disse que tiveram na ACIAP, uma reunião tratando do assunto de Zoonoses, e do problema de um rato que caiu em um

porão de navio. Naquela época a ACIAP assumiu fazer por 30 dias a desratização, que o Porto não fazia. Tudo que foi feito na ACIAP, foi com a intenção de ajudar e não polemizar. **Presidente:** Agradece o esforço e compreensão de todos na busca do consenso e unidade nas discussões realizadas, à ACIAP por mais uma vez possibilitar a realização desta reunião neste espaço. Nada mais havendo a tratar encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, e confirmando a 15ª. Reunião Extraordinária para o dia 11 de agosto de 2005, às 9h, tendo eu **Vitor Roberto Muller Bernardi**, Secretário Executivo, lavrada a presente Ata que segue assinada pelo Presidente, demais Conselheiro e Convidados.

CONSELHEIROS:

Hélio José da Silva

Rogério Distéfano

José Baka Filho

Juarez Moraes e Silva

Ruy Alberto Zibetti

Admilson Lanes Morgado de Lima

Mauro Fontora Marder

Carlos Roberto Frisoli

Carlos Gilberto Guadahim Matoso

Leonardo Luiz Vicente

Wilson Moraes da Silva

Maria do Socorro de Oliveira

Carlos Alberto Martins da Costa

Zulfiro Antonio Bosio

Ozeil Moura dos Santos

Luiz Antonio Fayet

Airton Galinari

Adriano Gustavo Vidal

Sidney Pinto

José Roberto Almeida Correa

Luis Henrique Roos



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420-1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

CONVIDADOS:

Capitania dos Portos do Pr. - Francisco dos Santos Moreira Francisco dos Santos Moreira
FAEP - Nilson Hanke Camargo Nilson Hanke Camargo
APPA - Antonina - Leopoldino de Abreu Neto Leopoldino de Abreu Neto
OGMO/PR. - Dautro Nascimento Dautro Nascimento
SINDAPAR - Lais Savio Lais Savio
APPA - Paranaguá - Clauber Angelo Candian Clauber Angelo Candian
APPA - Paranaguá - Stella Maris Bittencourt Figueiredo Stella Maris Bittencourt Figueiredo
APPA - Paranaguá - Ogarito Borgias Linhares Ogarito Borgias Linhares
Receita Federal - Dr. Marco Antonio Franco Dr. Marco Antonio Franco
Sr. Arivaldo Barbosa José Arivaldo Barbosa José
CEXPAPAR - Neri Bechhi Dal Prá Neri Bechhi Dal Prá
APPA - Priscila Pereira Mello Priscila Pereira Mello

4